

É preciso ouvir as comunidades locais

Cientista social ambiental do Imperial College London analisa por que iniciativas e programas de conservação dão certo e se multiplicam

SARAH SCHMIDT



Mills no campus da USP, em São Paulo

A cientista social ambiental Morena Mills, professora e pesquisadora do Imperial College London, no Reino Unido, fez a graduação em estudos marinhos na Universidade de Queensland e o doutorado em conservação biológica na Universidade James Cook, ambas instituições australianas. Apesar das pesquisas iniciais em biologia e ecologia, ela se interessou em realizar estudos para compreender por que as pessoas se engajam em programas de conservação e quais fatores fazem essas iniciativas funcionarem e se multiplicarem.

Nascida na capital paulista, em 2002 ela deixou a cidade para estudar na Austrália, aos 18 anos, e desde 2016 trabalha no Imperial College. No final de outubro, Mills esteve em São Paulo para participar do evento Diálogo Brasil-Reino Unido Pré-COP30: Da Ciência às Políticas Públicas, realizado na Universidade de São Paulo (USP). Entre um compromisso e outro, concedeu a entrevista a seguir para *Pesquisa FAPESP*, na reitoria da universidade.

Como foi a transição de ecóloga para cientista social ambiental?

Eu me interessava por comportamento animal. Mas percebi que, para mim, aquele não era o jeito de fazer uma ciência que causasse mais impacto, embora, claro, também tivesse importância. Tinha muito interesse em fazer ciência aplicada, que ajudasse na tomada de decisões e na construção de políticas públicas. Era preciso entender o comportamento humano, porque eram as pessoas que estavam levando à crise de biodiversidade que vivemos. As pessoas são o problema, mas também criam soluções e desenvolvem governanças que são a chave para um mundo mais sustentável. Então, redirecionei minhas pesquisas nessa área.

O que a fez mudar a chave?

Depois da graduação, comecei a trabalhar como pesquisadora da Universidade de Queensland em um projeto com pescadores em Moreton Bay, na Austrália. Eles não confiavam no governo e hesitavam em compartilhar dados sobre onde

e quanto pescavam. Havia um projeto paralelo, liderado pelos pescadores, e nós os ajudamos a usar a mesma metodologia adotada pelo governo para criar um plano com os dados de que eles dispunham, que fosse mais representativo de suas necessidades. Esse plano, desenvolvido em conjunto, foi um dos documentos que serviram de base para criar o planejamento espacial marinho daquela área. Foi aí que percebi a importância de entender as pessoas e as suas motivações para se engajarem ou não em projetos de conservação.

O que tem estudado agora?

A maior parte do meu trabalho está dedicado a um projeto de pesquisa chamado Catalyzing Conservation, que busca entender como é possível criar uma iniciativa de conservação que seja efetiva, dê resultados positivos para o meio ambiente e para as pessoas. Ao mesmo tempo, é fundamental que seja uma iniciativa escalonável, isto é, que atraia o engajamento de dezenas ou centenas de pessoas ou possa ser aplicada

em uma área grande. E por que são necessárias ações em larga escala? Porque, caso contrário, não dá resultado, já que muitas das espécies, os ecossistemas e os processos ecológicos que precisamos preservar requerem áreas amplas. Uma das principais teorias que usamos é a da difusão de inovação. Ela permite analisar iniciativas considerando três dimensões: as características do projeto, da população envolvida e do contexto socioecológico, o que inclui políticas públicas e condições ambientais favoráveis. Embora essa teoria seja antiga, ela é pouco adotada no contexto ambiental. O uso que fazemos dela, nesse sentido, é inovador. Outra teoria que aplicamos é a de Ostrom [Elinor Ostrom, 1933-2012, vencedora do Nobel de Economia de 2009], amplamente reconhecida. Ela trata de governança e de como criar sistemas de gestão de recursos de uso comum que sejam sustentáveis ao longo do tempo.

Há exemplos bem-sucedidos?

Sim. Um deles é uma iniciativa em Fiji, na Oceania, chamada Locally Managed Marine Area Network. Ela é dirigida pelas comunidades indígenas do país. Lá, as áreas marinhas pertencem a diferentes grupos indígenas. E são as comunidades locais que criam os planos para o gerenciamento costeiro dos espaços, definindo, por exemplo, que tipo de peixe se pode pescar em determinada área. Hoje, 22% da área de pesca costeira de Fiji é coberta por essa rede. Isso foi possível porque os povos indígenas já tinham seus territórios bem definidos. Eles tomaram a frente do processo e desenvolveram uma forma de governança alinhada às comunidades. A iniciativa reforça a cultura e a identidade dos povos, fortalecendo o senso de pertencimento e valorizando práticas locais. Descobrimos que quase 75% dos participantes tinham um vizinho próximo que também participava da rede, sugerindo que a adoção é impulsionada, em parte, pela aprendizagem entre comunidades próximas. Isso ocorreu ao longo de 30 anos.

Existem mais iniciativas?

Outro exemplo vem do Chile, com as chamadas Turf (Territorial Use Rights for Fisheries). São áreas manejadas por grupos de pescadores que antes não podiam capturar o loco, um molusco muito

“
Os moradores
trazem
conhecimentos
que nem a melhor
tecnologia
consegue captar

valorizado no país. A pesca estava proibida por causa da escassez da espécie. Os pescadores, então, propuseram um acordo: se pudessem gerenciar as áreas costeiras onde atuavam, teriam permissão para pescá-lo, desde que garantissem práticas sustentáveis. Essa proposta surgiu num contexto de pouca governança marítima federal e se mostrou bastante eficaz. O modelo se espalhou rapidamente. Cerca de 750 organizações pesqueiras começaram a adotar esse tipo de gestão. Além do benefício econômico, os pescadores também passaram a sentir um forte senso de pertencimento e responsabilidade territorial com a ideia de que “essa é a nossa área, nós cuidamos dela”.

Quais são as principais características das iniciativas bem-sucedidas?

A maioria dos nossos estudos de caso de projetos de conservação e restauração em grande escala é de iniciativas lideradas pelas comunidades locais. No Nepal, há 23.026 comunidades que protegem suas florestas para uso sustentável, que eles chamam de Community Forest User Groups. Em Fiji, são mais de 350 comunidades que protegem suas áreas marinhas. Na Namíbia, 20% do território, um total de 166.179 quilômetros quadrados, está sob gestão comunitária de recursos naturais. Leis que empoderam comunidades locais e tradicionais as estimulam a se engajar na conservação e beneficiam diretamente o meio ambiente. As pessoas participam de iniciativas de conserva-

ção por diferentes razões – financeiras, ecológicas e identitárias. Portanto, criar ações que respondam a essas motivações favorece o engajamento em escala.

Quais os exemplos brasileiros?

O Código Florestal e o CAR [Cadastro Ambiental Rural] fizeram muitas pessoas perceberem que precisavam manter a floresta em suas propriedades e se engajar em práticas mais sustentáveis. Alguns produtores se envolvem por causa do mercado de carbono, outros pela oportunidade de desenvolver agroflorestas e diversificar seu meio de vida. Há vários motivos para o engajamento. Políticas públicas que incentivam e sustentam esse processo de engajamento são fundamentais. Acho que o Código Florestal é um bom exemplo de política pública que está funcionando. Muitos projetos de restauração acontecem justamente em áreas onde a lei exige a recomposição da vegetação, o que mostra seu impacto. Mas não basta ter políticas públicas. No caso do Código Florestal, muita gente quer restaurar florestas e busca fazer isso da forma mais eficiente possível. O problema é que essa lógica de eficiência costuma favorecer áreas maiores, com potencial de participação no mercado de carbono. Assim, acabam beneficiando mais os grandes proprietários, o que pode gerar desigualdades, justamente o que se tenta evitar.

Com base no que vê, quais são os erros mais comuns dos projetos que não engrenaram?

O que não dá certo é coerção, imposições, projetos que nascem de cima para baixo. Os processos precisam ser participativos, com engajamento real das comunidades locais, que arcam com os custos e recebem os benefícios das ações. É essencial manter uma comunicação constante com elas, não só por uma questão de justiça e legitimidade, mas porque isso melhora a qualidade dos projetos. As pessoas locais trazem conhecimentos e informações que nem a melhor tecnologia, como satélites, inteligência artificial e dados sofisticados, consegue captar. Por isso, é fundamental adotar uma abordagem de coprodução, em que projetos e políticas públicas são construídos junto com as comunidades, e não apenas para elas. ●